
Naturalização brasileira de Mariana Coelho: Estratégias Políticas e Subjetividades

*Mariana Coelho's Brazilian naturalization: Political
Strategies and Subjectivities*

Ana Comandulli

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
PLLB, CEC-FLUL

Júlia Santiago

Universidade Federal do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2023.n49a529>

RESUMO

A educadora, intelectual e feminista portuguesa Mariana Teixeira Coelho se instalou no Brasil na década de 90 do século XIX e iniciou um processo para naturalizar-se brasileira em 1934, motivada pela necessidade de votar no país, graças ao Código Eleitoral de 1932. Tendo em vista que sua naturalização foi um fato pouco estudado pelos trabalhos sobre a autora precedentes, o presente artigo busca dar início às análises sobre tal documento arquivístico. Portanto, trataremos dos processos e temporalidades que abarcam a luta pelo voto feminino no Brasil, dando destaque para a atuação de Coelho nesse contexto. E, a partir disso, certas questões serão feitas à fonte, tendo como base a forte relação afetiva que Mariana Coelho tinha com sua pátria natal, a sua influência no Brasil e o posicionamento internacional do feminismo brasileiro com a liderança de Bertha Lutz.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalização; Voto feminino; Estratégias Políticas; Subjetividade.

ABSTRACT

The portuguese educator, intellectual and feminist Mariana Teixeira Coelho settled in Brazil in the 90s of the 19th century and started the process to become a naturalized Brazilian in 1934, motivated by the need to vote in the country, thanks to the Electoral Code of 1932. Considering that her naturalization was a fact little studied by the previous works about the author, the present article seeks to begin the analysis of this archival document. Therefore, we will deal with the processes and temporalities that encompass the struggle for women's suffrage in Brazil, highlighting Coelho's performance in this context. And, from that, certain questions will be asked to the source, based on the strong affective relationship Mariana Coelho had with her homeland, her influence in Brazil and the international positioning of Brazilian feminism with Bertha Lutz's leadership.

KEYWORDS: Naturalization; Women's Vote; Political Strategies; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Mariana Teixeira Coelho foi uma educadora, intelectual, ativista e autora de diversas obras e textos em periódicos, nascida dia 10 de setembro de 1879¹, no distrito de Vila Real – a antiga província de Trás-os-Montes² – em Vila Sobrosa, Portugal, filha de Maria do Carmo Meireles Coelho e Manoel Antônio Ribeiro Coelho. No dia 21 de agosto de 1892, Mariana Coelho teria atracado no porto do Rio de Janeiro,

1 Para Alexandra Bueno (2010) o ano de nascimento da autora é 1872, já para Dyeinne Tomé (2020) e Rosana Kamita (2004) o ano é 1857. No entanto, o presente artigo adota o ano de 1879, tendo em vista que é esse o ano que consta no atestado fornecido pelo Departamento do Serviço Médico Legal e Anexos do Estado do Paraná, incluso no documento de naturalização de Coelho.

2 Informação que consta na naturalização.

juntamente com sua mãe e sua irmã (TOMÉ, 2020), deslocando-se, então, para Curitiba, no Paraná, onde residiu até falecer, em 1954.

Sua extensa produção cultural e importante legado nas lutas pelos direitos das mulheres são estudados por diversas autoras, tais como Alexandra Bueno, Dyeinne Tomé, Rosana Kamita e Zahidé Muzart, para citar algumas. No entanto, sua naturalização brasileira é um fato pouco explorado pelos trabalhos já feitos, bem como as motivações para o início de tal processo e as implicações do mesmo para a ideia de nação da autora.

Nesse sentido, faz-se importante iniciar destacando uma carta escrita pela própria Mariana Coelho, em 1934, inclusa no documento relativo ao seu processo de naturalização brasileira, que foi obtido através do Arquivo Nacional:

Curitiba - 8 de Agosto de 1934

Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Rio de Janeiro.

Os meus mais respeitosos cumprimentos -

Tem esta por fim rogar a V.Ex.^a encarecidamente o grande obséquio dos seus bons ofícios no sentido de providenciar a remessa da Secretaria do Interior deste Estado do Paraná, o Decreto relativo à minha naturalização - cujo Processo há bastante tempo foi dirigido a esse Ministério. Aproximam-se as eleições, e, se eu não receber o aludido decreto antes do dia 25 do corrente, não posso votar - fato que imensamente me penaliza!

Fico com a esperança que V.Ex.^a, pela sua bondade - e como Ministro da Justiça, satisfará o meu instante pedido.

Subscrevo-me com toda a consideração de

V.S.^a Criada e admiradora
Mariana Coelho.

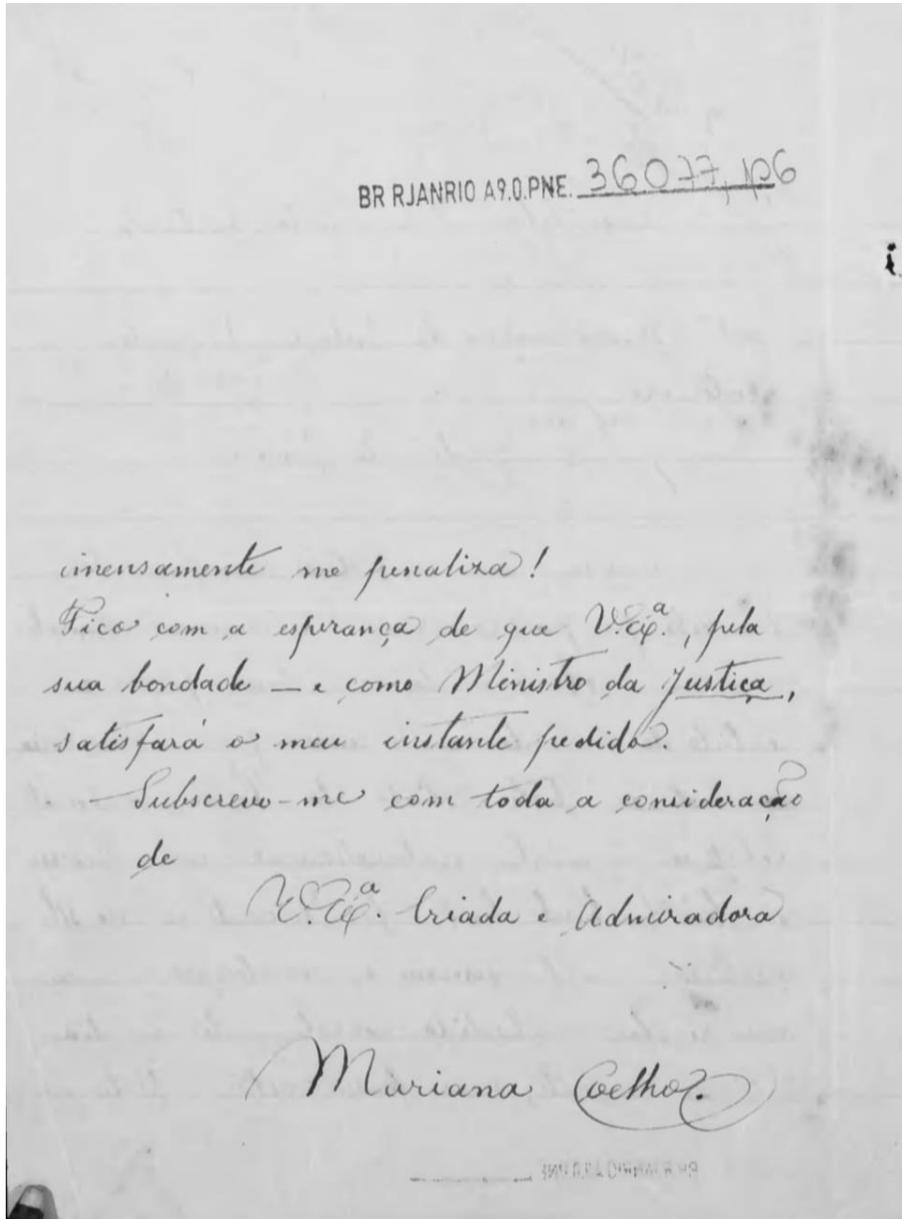
Figura 1 -

M. 397-1934
Curitiba - 8 de Agosto de 1934
7 Futuro
13/8
Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
Rio de Janeiro -
14 8 34
Os mais mais respeitosa cumprimentos -
Tem esta por fim rogar a V. Ex.^a encarecidamente o grande obsequio dos seus bons ofícios no sentido de providenciar a remessa para a Secretaria do Interior deste Estado do Paraná, o Decreto relativo a minha naturalização - cujo Processo há bastante tempo foi dirigido a esse Ministério. Aproximam-se as eleições, e, se eu não receber o aludido Decreto antes do dia 25 do corrente, não posso votar - facto que

BR RJANRIO A9.0.PNE. 36077, p5

Fonte: BR RJANRIO A9.0.PNE.36077.

Figura 2 -



Fonte: BR RJANRIO A9.o.PNE.36077

Nela, Coelho pede ao Ministro das Relações Exteriores que os documentos de sua naturalização sejam encaminhados do Rio de Janeiro ao Paraná antes do dia 25 de agosto, pois, caso contrário, ela não poderia votar. Leva-se em conta que em 14 de outubro de 1934 ocorreriam as eleições diretas para o cargo de deputado federal/se-

nador, no Senado e Câmara Federal, e para o cargo de deputado estadual/distrital/de território, nas Assembleias Legislativas³. Diante desse cenário, Coelho expressa sua urgência e afirma que lhe penalizaria muito não poder exercer o seu direito de voto, além disso, sublinha a palavra “Justiça” em “Ministro da Justiça”, o que pode indicar a acusação da autora de que se não recebesse o seu processo de naturalização naquele momento, seria lhe cometida uma injustiça e, assim, o Ministro não estaria cumprindo sua função. Percebe-se, então, as ferramentas argumentativas que Coelho, enquanto notória escritora, utilizou para garantir que pudesse participar da vida política do Brasil como cidadã.

Diante de tal fonte, impõem-se algumas questões. Afinal, qual o contexto dessa naturalização diante da luta pelo sufrágio feminino no Brasil? Quais as consequências de tal naturalização para a vida intelectual da autora? Quais são as contradições de uma naturalização brasileira vinda de Mariana Coelho, se há alguma? Como, antes, ela interpretava sua vida no Brasil enquanto portuguesa? É, então, com a pretensão de levantar algumas dessas questões e na tentativa de respondê-las que se faz presente este artigo.

VOTO FEMININO NO BRASIL: DO PROCESSO ATÉ A CONQUISTA

Para contextualizar o momento em que Mariana Coelho inicia sua naturalização, na década de 1930⁴, e compreender com maior pro-

3 SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Eleições anteriores. *Tribunal Superior Eleitoral*, Brasília/DF, [202-?]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores#2>. Acesso em: 1 ago. 2022.

4 É preciso destacar algumas questões em relação aos anos que constam no processo de naturalização de Coelho. Dessa forma, a partir do documento obtido através do Arquivo Nacional, o ano de todos os primeiros documentos do processo é 1934, no entanto, faz-se importante a colocação de Mariana Coelho em sua carta de 1934, afirmando que o processo “há bastante tempo foi dirigido

fundidade a urgência da autora em naturalizar-se, é preciso desenvolver uma breve historicização da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, destacando a atuação de Coelho nesse contexto.

Dessa forma, como define Alexandra Bueno, “o voto era um meio de intervenção na ordem social, era visto como garantia de participação nas decisões da classe dirigente do país” (BUENO, 2010, p. 75), assim, a luta pelo voto feminino parte da ideia do voto enquanto “princípio de igualdade e como condição para realização da igualdade dos direitos na vida privada e pública” (BUENO, 2010, p. 75), o que permite entender a importância dessa pauta para as demandas feministas. Historicamente, no Brasil, o direito ao voto não secreto a todos os cidadãos brasileiros foi determinado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, que entrou em vigor em 1891, com o fim da Monarquia brasileira e a instauração da República, em 1889. No entanto, como afirma Natália Esteves, a Constituição “deixava o direito ao voto de maneira ambígua, garantindo-o aos cidadãos brasileiros, sem afirmar claramente o direito como estendido também às mulheres” (ESTEVES, 2020, p. 4). Assim, são importantes as explicações de Chrystiane Fermino (2012), que pontua como as Ordenações Filipinas⁵, que vigoraram desde 1603, em Portugal e, então, também no Brasil, só se tornaram obsoletas na legislação brasileira em 1917. De acordo com a autora, essas Ordenações, “nascidas numa civilização

a esse ministério”, ou seja, é deixado em aberto se a entrada do processo de naturalização da autora ocorreu antes desse ano. Assim, tendo em vista que não foi encontrado no documento alguma indicação a um ano anterior e levando em conta que o voto feminino tornou-se legal apenas em 1932, o presente trabalho optou por adotar a década de 1930 para tratar da entrada no processo de naturalização. Ademais, cabe ressaltar que Coelho teria obtido sua naturalização apenas em 1939.

⁵ Fermino explica que as Ordenações “abarcavam as normas referentes ao Direito Constitucional, Civil, Penal, Administrativo, etc.” (FERMINO, 2012, p. 81).

misógina, eram férteis em normas desiguais” (FERMINO, 2012, p. 81) e, assim, a crença na incapacidade feminina de atuar na esfera pública, considerando-as inferiores e fracas e limitando-as à esfera privada, endossada pelas Ordenações Filipinas, levava os republicanos a ignorarem as reivindicações para o voto feminino na Constituição de 1891 (FERMINO, 2012). Logo, como trabalha Mônica Karawejczyk (2010), foi no início da Primeira República que as discussões sobre o voto feminino tornaram-se mais intensas, a partir da exclusão das mulheres no exercício do voto.

Como abordado anteriormente, as Ordenações Filipinas apenas se tornaram obsoletas no Brasil em 1917, sendo substituídas pelo Código Civil de 1916. Entretanto, como aponta Fermino, “é certo afirmar que prevalecia a imagem e situação consagradas nas Ordenações Filipinas, de 1603” (FERMINO, 2012, p. 52), já que as ideias patriarcais que basearam as Ordenações ainda permeavam o novo código civil⁶. Desse modo, no início do século XX, momento em que as leis brasileiras refletiam ideias conservadoras em relação ao sufrágio feminino, há, de acordo com Constância Lima Duarte, “uma movimentação inédita de mulheres que se organizam e clamam alto pelo direito ao voto” (DUARTE, 2011, p. 80), e, como enfatiza Mônica Karawejczyk, uma crescente demanda de mulheres pelo acesso “a cargos públicos até reivindicações sobre direitos civis e políticos” (KARAWEJCZYK, 2018, p. 2).

Também a Primeira Guerra Mundial impactou as lógicas sociais dos países envolvidos, já que coube às mulheres, como pontua Fermino, “tomar as rédeas da administração da família, sustentá-la e

⁶ Fermino destaca que o novo código, “dentre outras coisas, considerou a mulher casada como relativamente incapaz para o exercício da cidadania” (FERMINO, 2012, p. 43), por exemplo.

desempenhar tarefas remuneradas tradicionalmente masculinas” (FERMINO, 2012, p. 39), levando-as cada vez mais a assumir funções na vida pública. Nesse sentido, a própria autora Mariana Coelho identifica o papel da Guerra para o movimento feminista, afirmando que a “[...] maior calamidade mundial que a história registra fez mais pelo feminismo, em quatro anos, que todas as sufragistas no decurso da sua ruidosa propaganda [...]” (COELHO, 2002, p. 31 *apud* TOMÉ, 2020, p. 229)⁷. Percebe-se, então, o novo contexto trazido pelo pós-Primeira Guerra à primeira metade do século XX, que, como identificou Coelho, deu mais argumentos e ferramentas para as reivindicações das mulheres.

A partir das décadas de 20 e 30 do século XX no Brasil, entram em cena diferentes acontecimentos e novos sujeitos na vida política. Como contextualiza Mônica Karawejczyk sobre os anos de 1920:

É nesta década que aconteceram no Brasil o crescimento do feminismo, as revoltas tenentistas, a Revolução Federalista (esta no Rio Grande do Sul), a Semana de Arte Moderna (que revolucionou o pensamento artístico nacional) e a fundação do Partido Comunista. Momento também em que o descontentamento com a ‘política dos governadores’, praticada durante toda a Primeira República, se agravou. (KARAWEJCZYK, 2010, p. 15).

Dado esse período, marcado por uma grande movimentação política e descontentamento com a Primeira República, bem como pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que gerou uma crise econômica para o Brasil e sua produção cafeeira e, finalmente, pelas eleições fraudulentas que concedem a Júlio Prestes o cargo de Presidente da República, ocorre, em 1930, a chamada Revolução de

⁷ Não foi possível encontrar uma versão disponível da obra de Mariana Coelho *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, de onde o trecho foi retirado.

1930, liderada pela figura de Getúlio Vargas (KARAWEJCZYK, 2010). Sua proposta incluía uma “moralização da política, a começar pela questão eleitoral” (KARAWEJCZYK, 2010, p. 15), abrindo espaço para questões relativas ao voto feminino.

Desse modo, é promulgado o Código Eleitoral de 1932 – incluído, posteriormente, na nova Constituição de 1934 –, que possibilita o direito ao voto às mulheres no Brasil. Para tal acontecimento, vale ressaltar, como aponta Natália Esteves, que “a trajetória da conquista feminina por espaço e direitos na sociedade foi feita através da mobilização delas próprias e não por uma questão de consciência e bondade governamental e de apoio social” (ESTEVES, 2020, p. 7), ou seja, não foi devido a uma espécie de benevolência de Getúlio Vargas que foi possibilitado às mulheres o direito de exercer sua cidadania através do voto e, então, a participação ativa na vida pública brasileira, mas devido às próprias lutas feministas, que se fizeram ouvir nos novos parâmetros políticos trazidos pela Revolução de 1930. Enfim, como pontua Karawejczyk (2010), o Brasil se tornou, naquele período, um dos únicos países ocidentais em que as mulheres poderiam votar e exercer sua cidadania política plenamente.

A trajetória política de Mariana Coelho está intrinsecamente aliada à conquista do voto feminino no Brasil. Como escreve Alexandra Bueno, “a luta pelo sufrágio foi o grande carro-chefe das reivindicações de Mariana Coelho por reclamar não apenas uma condição de igualdade e cidadania para a mulher, mas por conduzir a uma discussão sobre o próprio exercício do poder” (BUENO, 2010, p. 75). Logo, a luta de Mariana Coelho pelo voto feminino era extremamente importante para a autora, tendo em vista que, a partir do voto, as mulheres passariam a deter um poder político e seriam capazes de decidir os rumos da sociedade onde estavam inseridas. A partir dos ideais da autora, que muitas vezes dialogavam com as teorias positi-

vistas e evolucionistas da época⁸, o direito ao voto também é comparado por Coelho à evolução social da mulher (TOMÉ, 2020), assim, o voto seria um componente necessário para o progresso – que ocorreria de maneira constante e inevitável – das mulheres.

Nesse sentido, cabe destacar a obra de Coelho *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, publicada em 1933, em que a autora trata sobre figuras femininas importantes em diversas áreas, tanto na política, quanto na religião, nas ciências e nas artes, com destaque para as lutas em prol das lutas feministas por direitos sociais e políticos (TOMÉ, 2020), revelando as contribuições das mulheres para o mundo. Ainda nessa década, momento de mudanças no Brasil, como foi tratado, pode ser citada uma palestra feita pela autora no Centro de Cultura Feminina⁹, no mesmo ano da promulgação da nova Constituição, em 1934, em que, como explica Dyeinne Tomé, a autora discutia suas ideias “em relação ao que compreendia como dever de uma nação em devoção ao espírito de união e de benevolência ao próximo, posicionando-se contra qualquer tipo de diferenciação entre os seres humanos” (TOMÉ, 2020, p. 78), o que também revelava suas opiniões acerca da importância do sufrágio feminino no país.

8 De acordo com Kamita, “em alguns momentos, Mariana Coelho (...) mostrou-se favorável ao pensamento comteano, muito provavelmente pela aura de reconhecimento ao valor feminino que à primeira vista se depreende do positivismo. No entanto, lançou críticas a esse pensamento” (KAMITA, 2004, p. 128). Assim, há uma adesão aos conceitos positivistas e evolucionistas por parte da autora, mas de forma crítica, mobilizando os conceitos que beneficiavam suas causas e ideais e julgando aquilo que não concordava.

9 Instituição que ajudou a fundar e que, em 1934, se tornou diretora (BUENO, 2010).

Ademais, para exemplificar a influência de Mariana Coelho na luta pelo voto feminino no Brasil, faz-se importante destacar as relações entre a autora e a feminista brasileira Bertha Lutz¹⁰, caracterizada por Karawejczyk como “uma das principais líderes à frente do movimento feminino organizado no Brasil” (KARAWEJCZYK, 2018, p. 1). Em 1922, por exemplo, Coelho passou a ser representante da Associação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigido por Bertha Lutz (BUENO, 2010). Além disso, vale destacar uma importante correspondência entre elas, ocorrida entre 1923 e 1944 – com uma pausa, devido a um afastamento entre as duas, entre 1927 e 1934 (TOMÉ, 2020). Em suas cartas, as ativistas debatiam sobre diversos assuntos, dentre eles, a obra de Coelho *A evolução do feminismo*, citada acima, e outros temas relativos à emancipação feminina, com destaque para a situação do voto feminino no Brasil e ao redor do mundo (TOMÉ, 2020). Percebe-se, então, a expressiva participação de Coelho para o movimento feminista brasileiro.

NATURALIZAÇÃO DE MARIANA COELHO: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE

Até aqui, foi feita uma contextualização sobre a luta pelo voto feminino no Brasil com destaque para a participação ativa de Mariana Coelho em prol dessa conquista, possibilitando o entendimento com maior profundidade sobre as motivações políticas que levaram Coelho a naturalizar-se. Logo, historicizaram-se os contextos e justificou-se o que a autora citou em sua carta, escrita em 1934 e transcrita inicialmente no presente artigo: “se eu não receber o aludido decreto antes do dia 25 do corrente, *não posso votar*” (grifo

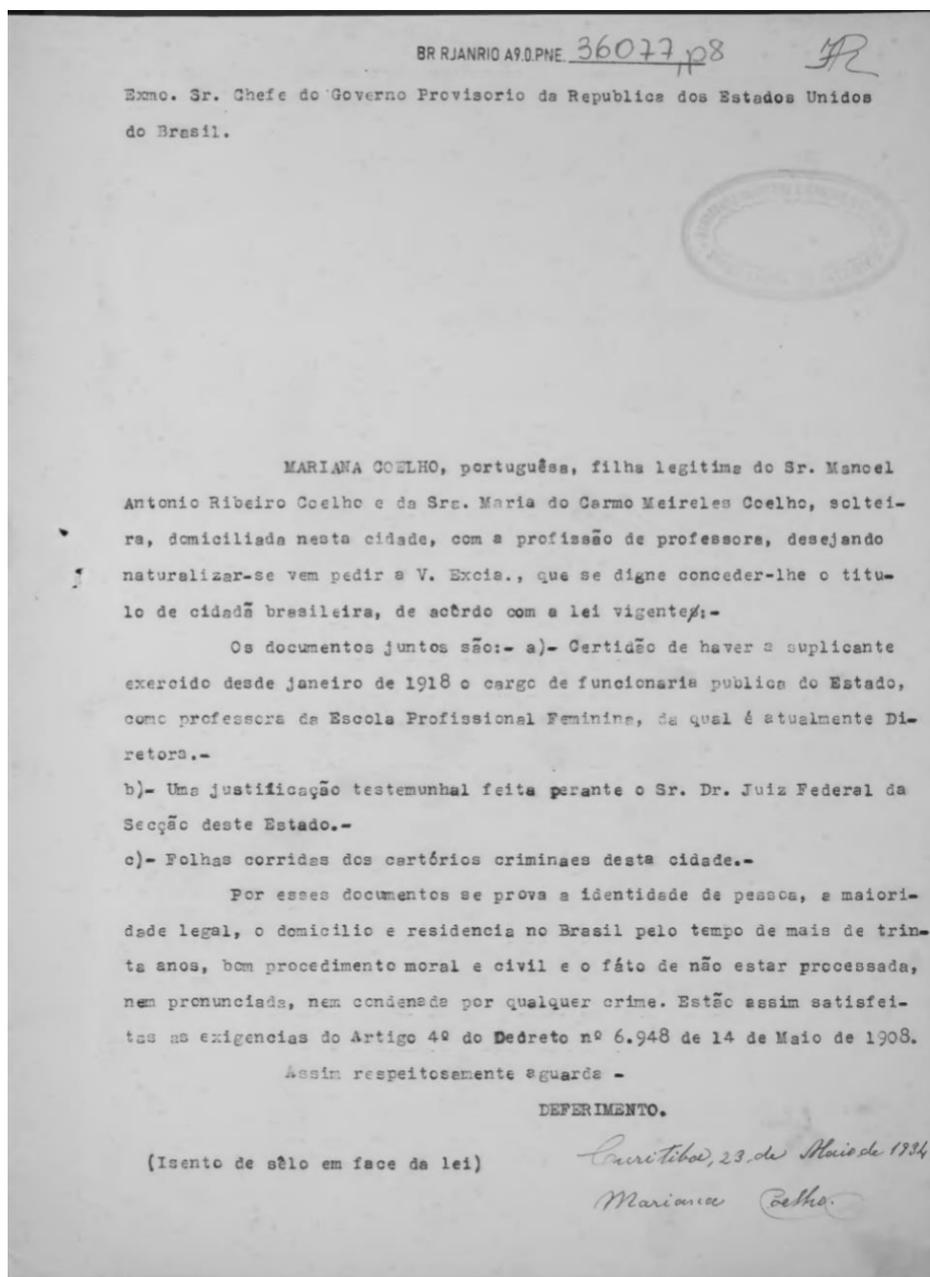
10 Importante feminista brasileira, nascida em São Paulo, no ano de 1894. Filha de Adolpho Lutz, especialista em medicina tropical, e Amy Fowler, enfermeira inglesa. Diplomou-se em biologia na Universidade de Paris, e em direito na Universidade do Rio de Janeiro (KARAWEJCZYK, 2010).

nosso). No entanto, cabe pensar, a partir de agora, o que significou essa naturalização para a identidade de Coelho, tendo em vista os pensamentos da autora acerca de sua terra natal, Portugal, sua posição frente ao Brasil e seu envolvimento nas causas feministas deste país.

No processo de naturalização da autora, estão explicitados os documentos necessários para que a cidadania brasileira lhe fosse concedida. São eles: uma certidão de haver exercido desde 1918 o cargo de funcionária pública do Estado, como professora da Escola Profissional Feminina – em que é destacado que ela ocupava o cargo de diretora; uma justificativa testemunhal feita perante o Sr. Dr. Juiz Federal da Seção deste Estado; folhas corridas dos cartórios criminais desta cidade – no caso, de Curitiba. E, então, através dos seguintes documentos, poderia-se provar:

A identidade de pessoa, a maioridade legal, o domicílio e residência no Brasil pelo tempo de mais de trinta anos, bom procedimento moral e civil e o fato de não estar processada, nem renunciada, nem condenada por qualquer crime. Estão assim satisfeitas as exigências do Artigo 4º do Decreto nº 6.948 de 14 de Maio de 1908.

Figura 3 -



BR RJANRIO A9.o.PNE.36077

Todos esses documentos foram apresentados e ajudam a compreender o que era importante para o Estado Brasileiro, em termos legais, nos processos de naturalização. No entanto, o que era importante para Mariana Coelho dentro desse processo? Suas motivações,

como explicado anteriormente, estão atreladas ao fato de Coelho desejar, com urgência, exercer seu direito de cidadania e votar no Brasil, onde o Código Eleitoral promulgado em 1932 concedia às mulheres o direito ao voto – uma luta que Mariana Coelho participou ativamente. No entanto, questões mais subjetivas em relação à nação e nacionalidade da perspectiva de Coelho também podem ser tratadas: busca-se, a partir de então, compreender o posicionamento da autora acerca de uma naturalização brasileira e o que isso implicava para a sua personalidade enquanto “escritora portuguesa”.

Dessa forma, para compreender a visão de Mariana Coelho sobre o Brasil, cabe tratar, inicialmente, do posicionamento da autora sobre a colonização portuguesa em sua obra *O Paraná Mental*, publicada em 1908. Dialogando com ideias positivistas e evolucionistas, Coelho faz, nessa obra, algumas colocações sobre o que significaria o Brasil em seu imaginário ao definir a colonização portuguesa como necessária para um suposto “desenvolvimento civilizacional” de suas colônias, já que levaria “o facho luminoso da civilização à África, à Índia, à Oceania, à América, arroteando e destruindo para edificar” (COELHO, 1908, p. 58). Além disso, ainda partindo da ideia de progresso e de evolução social, Coelho enxerga como fruto positivo do colonialismo no Brasil um “aperfeiçoamento das raças inferiores” (COELHO, 1908, p. 57). Portanto, é possível perceber como Coelho defende uma relação de superioridade e inferioridade natas dentro do sistema colonial entre Portugal e a antiga colônia brasileira, bem como um paternalismo em relação ao Brasil, que deveria agradecer à colonização portuguesa pela civilidade que trouxe para o país.

A partir da ideia de desigualdade entre os dois países, ou mais especificamente, a ideia paternalista que Coelho desenvolve, enquanto portuguesa, com o Brasil, fazem-se importantes as colocações de Alexandra Bueno (2010) sobre a utilização política e tática da nacionalidade portuguesa pela autora. Bueno afirma, por exemplo, que “o

fato de ser estrangeira foi usado como justificativa para os inúmeros desentendimentos que teve com intelectuais e, posteriormente, já no serviço público, com seus funcionários” (BUENO, 2010, p. 41), utilizando acusações de xenofobia como argumento retórico. Além disso, sua nacionalidade portuguesa servia também como “como sinal de distinção e de legitimação no campo cultural curitibano” (BUENO, 2010, p. 113) e “elemento de persuasão e envolvimento com o leitor” (BUENO, 2010, p. 41), já que Coelho costumava ressaltar em seus escritos o fato de que, mesmo sendo estrangeira, “sua vida sempre foi de servidão e amor pela terra que escolheu para viver” (BUENO, 2010, p. 41), criando essa aproximação ainda marcada pela diferença.¹¹ Nesse sentido, é cirúrgica a afirmação de Bueno: “embora vivesse no Brasil, sua alma era portuguesa, europeia, sinal de distinção e de legitimidade” (BUENO, 2010, p. 47).

A partir disso, é possível interpretar como Mariana Coelho definia nacionalidade portuguesa. Esta que era mobilizada como estratégia política para a inserção da autora, de modo privilegiado, no mundo intelectual brasileiro, bem como utilizada nos conflitos do seu dia a dia como argumento retórico. Portanto, o que significaria a naturalização de Coelho para sua carreira e personalidade? O que significa-

¹¹ Outro exemplo desse posicionamento pode ser percebido pela análise de Tomé (2020) sobre um trecho da obra de Coelho *Um brado de revolta contra a morte violenta*, de 1934. O trecho da obra: “a hospitalidade toda fraternal com que o nosso Brasil adoravelmente cosmopolita e democrata acolhe, sem distinção de raças e de crenças, todos os que aqui afluem vindos de todos os pontos do globo, vemos este Brasil crescer, elevar-se – magnânimo e idealista – fulgurando entre todos os povos da Terra – dos quais é, conseqüentemente, a sua segunda e generosa pátria” (COELHO, 1934, p. 13-14 *apud* TOMÉ, 2020, p. 78), é interpretado por Tomé como uma demonstração de “um sentimento de gratidão à pátria que lhe acolheu tão prontamente e sem nenhum tipo de distinção” (TOMÉ, 2020, p. 78).

ria ser cidadã brasileira para a autora, dado esse processo estratégico de mobilização de sua identidade portuguesa?

APROXIMAÇÕES COM O BRASIL: OUTRAS ESTRATÉGIAS

Tendo em vista algumas contradições em relação à iniciativa de naturalização por Mariana Coelho, graças à visão que a autora tinha sobre sua identidade portuguesa e a utilização prática que dava à mesma, cabe agora traçar algumas hipóteses sobre o que teria contribuído para que a autora desse entrada nesse processo – para além do voto feminino. Nesse sentido, é preciso, primeiramente, entender de forma mais ampla as relações que Coelho desenvolveu no Brasil e, depois, destacar o posicionamento político externo do movimento feminista brasileiro.

Desse modo, vale ressaltar que, desde sua chegada, em 1892, a autora teve uma atuação expressiva em diversas áreas, tanto no que tange às lutas pela emancipação feminina quanto na cultura e na educação brasileira. Além das diversas entradas que teve na vida política do país em prol do voto feminino, como apontado anteriormente, leva-se em consideração que, juntamente com outras mulheres, fundou a loja maçônica Filhas de Acácia, em 1901 (TOMÉ, 2020) – destaca-se a importância da maçonaria para a criação de contatos entre diversos autores e intelectuais da época. Além disso, em 1934, Coelho também foi presidente do Centro Feminino de Curitiba e eleita para o Centro de Letras do Paraná, ocupando a cadeira número 30 na Academia Paranaense de Letras (BUENO, 2010). Também foi autora de diversas obras e teve forte presença na redação de distintos periódicos no Brasil¹², estabelecendo contatos com intelectuais

12 Pode-se citar, por exemplo, “O Comércio de Vila Real, Jornal da Manhã e A Voz Pública, em Portugal. No Brasil: Diário do Comércio, A República, O Cenáculo, Almanaque Paranaense, Gazeta do Povo, Almanaque do Paraná, A

brasileiros. Percebe-se, então, a sua relevância para a produção de conhecimento em Curitiba e seu envolvimento nas pautas culturais do local onde estava inserida.

Além disso, em 1917, a autora ingressou na Associação da Cruz Vermelha, tornando-se uma das primeiras enfermeiras formadas por essa Associação no Paraná (TOMÉ, 2020). Esse tipo de associação, além de fornecer ajuda humanitária aos brasileiros que lutaram na Primeira Guerra Mundial, ganhou a função de “prestar atendimento aos desvalidos do Estado” (TOMÉ, 2020, p. 225). A partir dessa atribuição da Cruz Vermelha, Tomé define a participação de Coelho como uma forma de “demarcar a relevância e a capacidade da atuação feminina nas várias instâncias da sociedade civil” (TOMÉ, 2020, p. 229), o que serviria para seus propósitos quanto à sua emancipação. Ademais, dentro da atuação da autora na Cruz Vermelha, evidencia-se um novo envolvimento de Coelho com o Brasil, partindo de uma identificação para com a necessidade de auxiliar o exército brasileiro como enfermeira e de participar ativamente no auxílio aos brasileiros necessitados, o que contribui para pensar sua relação cada vez mais próxima com as pessoas e as demandas do Brasil.

Esse envolvimento e identificação também podem ser analisados a partir da presença de Coelho na educação brasileira. Como afirma Kátia Abud, “desde as primeiras décadas do século XX, a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira vinha ocupando espaços na produção intelectual e política do país” (ABUD, 1998, p. 103). A partir da década de 1930, no Brasil – período que ocorreu a chamada Revolução de 30, que levou ao governo de Getúlio Vargas –, passa a haver um maior investimento em proje-

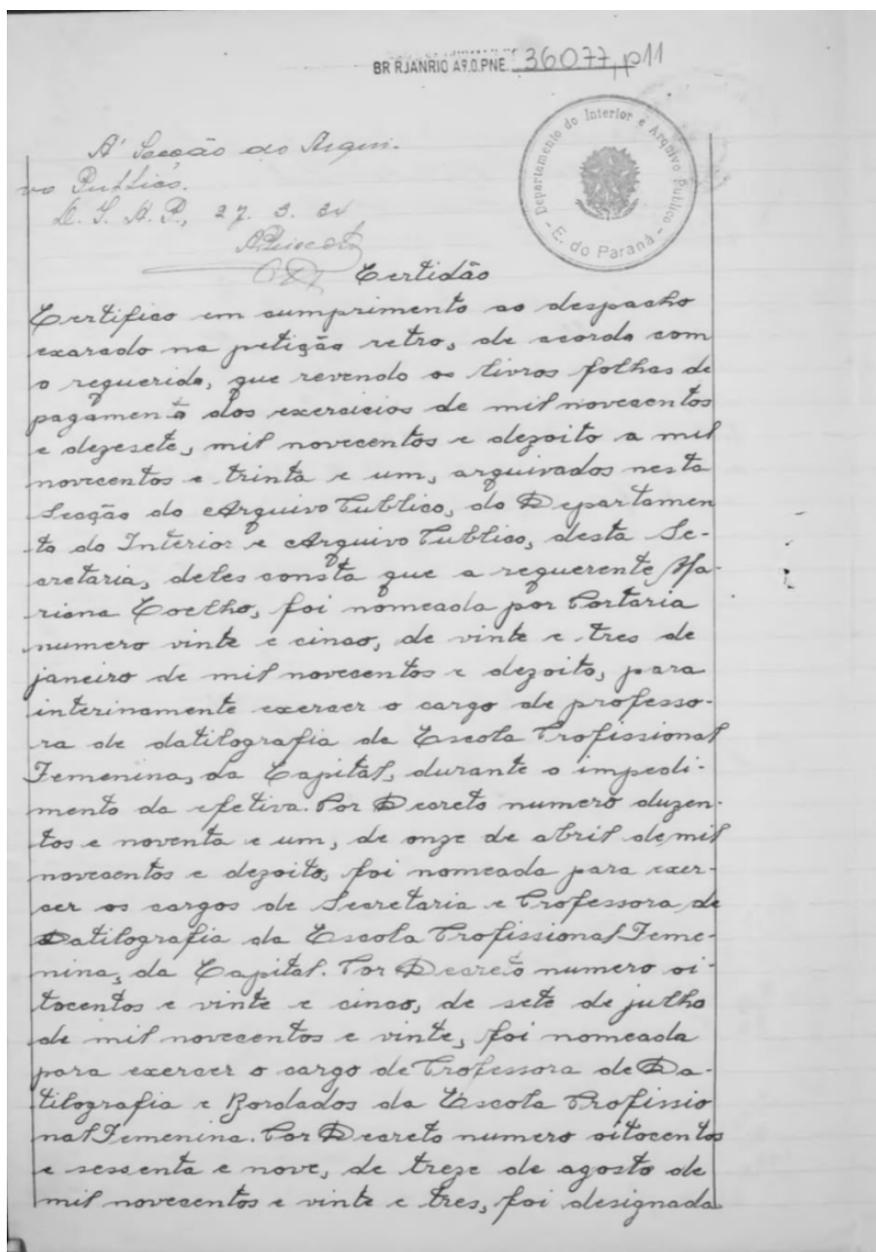
Pena, O Sapo, O Beijo, Breviário, Diário da Tarde, Folha Rósea, Olho da Rua, Fanal, A Bomba, Comércio do Paraná, Senhorita, Prata da Casa, A Sempreviva, O Estado do Paraná, dentre outros” (KAMITA, 2004, p. 17).

tos de “modernização e de construção da nação por meio da educação” (BUENO, 2010, p. 110) e as escolas teriam, então, “um papel fundamental na formação da consciência nacional” (ABUD, 1998, p. 104). Portanto, o ensino visava, como projeto final, formar o cidadão brasileiro, e essa identidade nacional construída, mesmo baseada em uma “unidade cultural fundamentada na civilização européia” (ABUD, 1998, p. 106), tinha o intuito de promover uma nova civilização: mesclada e fruto do encontro de três diferentes elementos étnicos fundadores (ABUD, 1998). Foi marcante no período o incentivo a uma educação “civilizadora e regeneradora” (BUENO, 2010, p. 98) e, assim, faz-se importante tratar do envolvimento de Mariana Coelho nesse contexto.

No ano de 1902¹³, em Curitiba, por exemplo, a autora fundou um colégio, denominado Colégio Santos Dumont, que funcionou até 1917. Ademais, como consta em seu processo de naturalização, foi nomeada, em 23 de janeiro de 1918, professora de datilografia da Escola Profissional Feminina de Curitiba, denominada Escola Profissional República da Argentina. Nessa instituição, também tornou-se secretária, em 1918, e professora de bordados, em 1920. Posteriormente, em 1923, foi-lhe designado o cargo de diretora dessa Escola Profissional, sendo, posteriormente, efetivada no cargo, em 1931. Vale ressaltar que o fato de ter sido funcionária pública no Brasil também foi de grande importância para a efetivação legal de sua naturalização.

13 Em relação à data da fundação do Colégio, Rosana Kamita (2004) aponta o ano de 1906, já Alexandra Bueno (2010) e Dyeinne Tomé (2020) indicam o ano de 1902.

Figura 4 -



BR RJANRIO A9.0.PNE.36077

Figura 5 -

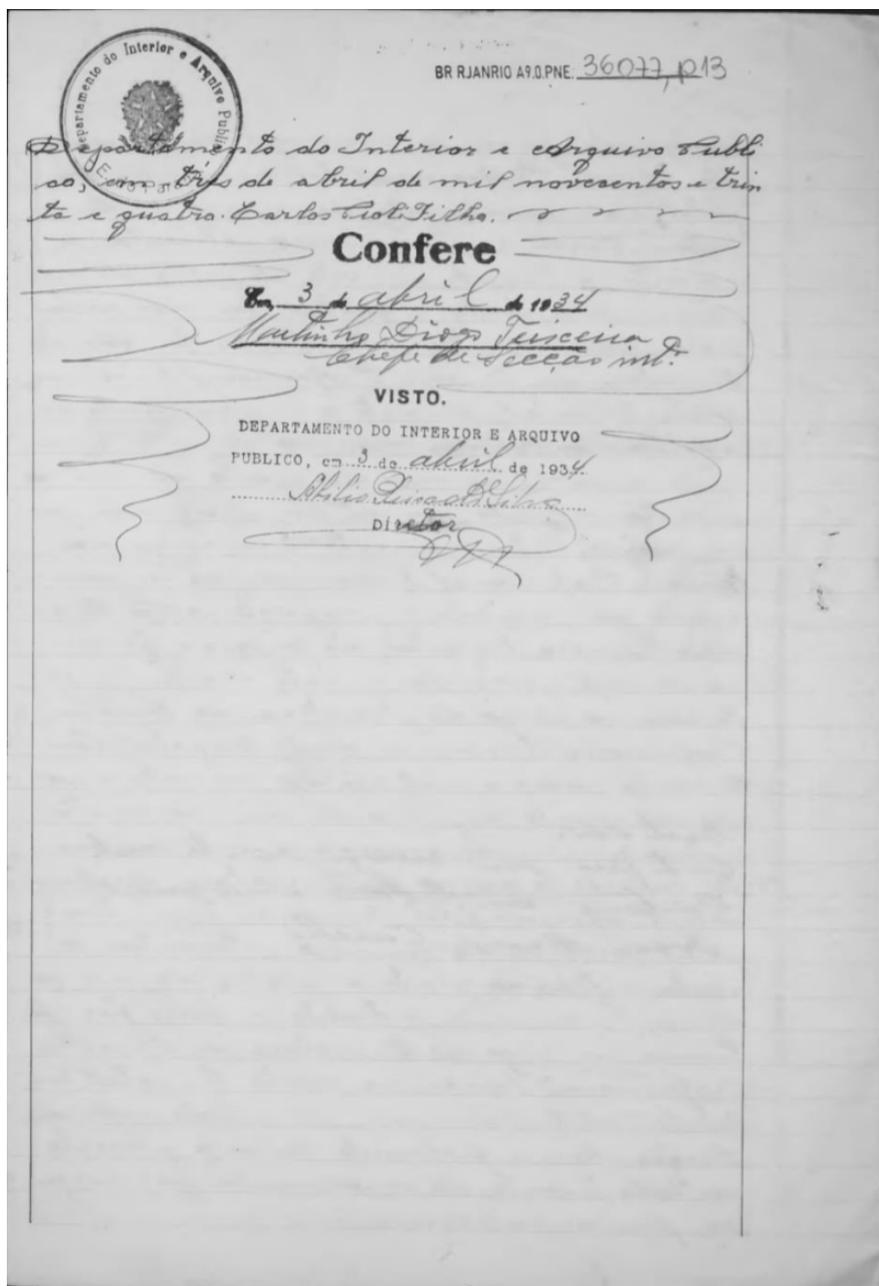
BR RJANRIO A9.O.PNE. 36077, p12



designada para se encarregar da direção
 da Escola Profissional Feminina, da Ca-
 pital, no impedimento da respectiva Di-
 rectora. Por Decreto numero setecentos e
 noventa e tres A, de sete de julho de mil
 novecentos e vinte e quatro, foi nomeada
 para exercer, interinamente, as funções de
 Directora da Escola Profissional Feminina,
 desta Capital, durante o impedimento da
 respectiva. Por Portaria numero duzentos e qua-
 renta e nove, de onze de agosto de mil no-
 vcentos e vinte e seis, foi designada pa-
 ra exercer, interinamente a direção da
 Escola Profissional Feminina, no impedi-
 mento da respectiva proprietaria. Por De-
 creto numero trezentos, de onze de feverei-
 ro de mil novecentos e vinte e oito, foi efe-
 tivada no cargo de Secretaria da Escola
 Profissional Feminina, desta Capital. Por
 Decreto numero mil cento e sessenta e no-
 ve, de deztois de julho de mil novecentos
 e trinta, foi nomeada para, interinamen-
 te, exercer o cargo de Directora da Es-
 cola Profissional Feminina, desta Ca-
 pital. Por Decreto numero setecentos e
 vinte e tres, de vinte e quatro de março
 de mil novecentos e trinta e um, foi efe-
 tivada no cargo de Directora da Escola
 Profissional Feminina, desta Capital. Eu
 Carlos Piotti Filho, terceiro Official da referida
 Direcção, bem e fielmente lavrei a presente
 certidão. Tenta de emolumentos, por ser po-
 ra fins de naturalisação. Departamento

BR RJANRIO A9.o.PNE.36077

Figura 6 -



Fonte: BR RJANRIO A9.o.PNE.36077

Exemplifica-se, portanto, a presença de Coelho no campo educacional brasileiro e, embora seu engajamento estivesse “fortemente atrelado à questão da emancipação feminina” (BUENO, 2010, p. 114), não se pode deixar de notar, a partir dos propósitos definidos para a

educação no período, que uma portuguesa estava trabalhando para a formação de cidadãos brasileiros. Desse modo, a autora tinha um contato direto com o ensino da identidade nacional desejada pelo período.

Também para auxiliar na elaboração de circunstâncias que teriam incentivado Coelho a naturalizar-se, é preciso ressaltar o posicionamento do feminismo brasileiro no exterior. Como já foi tratado, Mariana Coelho e Bertha Lutz desenvolveram um contato relevante no que se refere ao debate acerca do feminismo e da emancipação da mulher. Nas cartas que trocavam, é possível perceber que ambas tinham uma preocupação internacional sobre o voto feminino¹⁴ e, a partir disso, faziam comparações com a situação da mulher no Brasil.

Nesse sentido, chama a atenção as alianças no exterior feitas por Bertha Lutz, já que, quando se trata do envolvimento internacional, a ênfase da feminista brasileira era em criar não uma aliança luso-brasileira, mas sim uma aliança pan-americana (CRUZ; CASTRO, 2018). Essa ênfase pode ser percebida pela sua participação como representante brasileira da I Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada nos Estados Unidos, em Baltimore, em 1922, onde criou diversos contatos com as sufragistas presentes (CRUZ; CASTRO, 2018). Também pelo fato de, em 1925, ter sido eleita presidente da União Interamericana de Mulheres (O IMPARCIAL, 12/05/1925, p. 5 *apud* KARAWEJCZYK, 2018, p. 5). Bem como por ter fundado a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) “diretamente inspirada pelo movimento americano de cunho tradicional” (ALVES, 1980, p. 110 *apud* KARAWEJCZYK, 2010, p. 13). Logo, percebe-se que

14 De acordo com Tomé (2020, p. 239-240), “o debate sobre o voto, travado entre as intelectuais nas correspondências, estendeu-se por várias outras, não só sobre o andamento do voto na Itália, mas também em outros países da Europa, da América Latina e do Brasil”.

o feminismo brasileiro representado por Lutz buscava uma aliança interamericana pela emancipação da mulher.

Nesse movimento, ela se distancia de uma relação entre o Brasil e sua ex-metrópole europeia, o que poderia ser pensado graças às trocas entre feministas portuguesas e brasileiras na época, e que já foi incentivado, por exemplo, pela escritora portuguesa Ana de Castro Osório (CRUZ; CASTRO, 2018). Esse é um fator relevante no que tange a relação de Coelho com o feminismo brasileiro e sua identificação com o Brasil, bem como com sua pátria natal. Tendo em vista o forte envolvimento de Coelho na luta pelas pautas de emancipação feminina, a posição internacional que tomava do feminismo brasileiro, de privilegiar uma relação com continente americano, e não com a Europa, surge como uma outra hipótese do que teria contribuído para as mudanças subjetivas e políticas que levaram Mariana Coelho a naturalizar-se.

CONCLUSÃO

A partir do que foi tratado até aqui, pretendeu-se analisar os processos e contextos que levaram a autora Mariana Coelho a iniciar o seu processo de naturalização. Através da informação de que a autora desejava a naturalização para conseguir votar no Brasil, foi feita uma historicização da luta feminina pelo sufrágio no país, com destaque para a atuação marcante de Coelho, no intuito de contextualizar esse processo e aprofundar o posicionamento da autora. Posteriormente, buscou-se trabalhar questões subjetivas – e, portanto, também políticas – que levaram Coelho à naturalizar-se, devido ao status que uma nacionalidade portuguesa lhe fornecia no Brasil. Foi tratado, então, do seu envolvimento com as políticas públicas no país – vide sua participação na Cruz Vermelha –, e com a própria formação do futuro cidadão e cidadã brasileiros, a partir da sua contribuição no quadro educacional do país. Além das novas circunstâncias trazidas

pelos rumos que o feminismo brasileiro da direção de Bertha Lutz, com que Coelho tinha muitos contatos, tomava no exterior. Em última instância, o presente artigo visou discutir as contradições e os contextos que a naturalização da autora sugere.

Ao final, porém, cabe ressaltar que muito ainda se pode desenvolver sobre o que foi tratado, devido à fortuna de informações que o documento fornece, à complexidade de se analisar assuntos relativos a nações e identidades nacionais e, também vale notar, à riqueza de movimentos, organizações, obras, ativismos e processos que giram em torno da vida de Mariana Coelho. Assim, é preciso continuar pesquisando a temática e a fonte tratada, para que novos detalhes e dados possam contribuir tanto para os trabalhos acerca da nacionalidade e nacionalismo no século XX, quanto para a própria vida de Coelho, uma autora extremamente relevante para a literatura de língua portuguesa. Enfim, ressalta-se que sua naturalização não era um mero dado biográfico para a autora e, portanto, não deve ser estudado apenas como tal.

RECEBIDO: 24/01/2023 APROVADO: 27/04/2023

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. *Revista brasileira de História*, [s. l.], v. 18, p. 103-114, 1998. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/1998.v18n36/#:~:text=Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Alma%20e%20do%20Car%C3%A1ter%20Nacional%3A%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20na%20Era%20Vargas>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Processo de naturalização de Mariana Coelho. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2342755&v_aba=1. Acesso em: 1 ago. 2022.

BUENO, Alexandra Padilha. *Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)*. 2010. Tese mestrado

(Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_Alexandra%20Padilha%20Boeno.pdf. Acesso em: 1 ago. 2022.

COELHO, Mariana. *O Paraná Mental*. Curitiba: [s. n.], 1908.

DACRUZ, Eduardo; CASTRO, Andrea Monteiro de. A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz. *Navegações*, v. 11, n. 2, p. 112-121, 20 fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1983-4276.2018.2.32139>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/32139>. Acesso em: 1 ago. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. *Pontos de Interrogação*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 76-86, 7 nov. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1431>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ESTEVES, Natália Cabral dos Santos. Conquistas femininas durante o governo Vargas. In: História do futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica, XIX Encontro de História Ampuh-Rio, 2020, Rio de Janeiro. *Anais do XIX Encontro de História Ampuh-Rio*, Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados#php2go_to. Acesso em: 1 ago. 2022.

FERMINO, Chrystiane Castellucci. *As Mulheres nas Constituições e nos Códigos Civis Portugueses e Brasileiros dos sécs. XIX e XX*. 2012. Tese mestrado (Mestrado em Estudos Feministas) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [S. l.], 2012.

KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*. 2004. Tese de Doutorado (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87728>. Acesso em: 1 ago. 2022.

KARAWAJCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. *Veredas da História*, [s. l.], v. 3, n. 1, 6 ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.9771/rvh.v3i1.48903>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48903>. Acesso em: 1 ago. 2022.

KARAWAJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 13 de ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1590-0625x>. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/49845>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Eleições anteriores. *Tribunal Superior Eleitoral*, Brasília/DF, [202-?]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes#2>. Acesso em: 1 ago. 2022.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. *Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940)*. 2020. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2020. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_531cc69678b93e54eddcadoo3ao79718. Acesso em: 1 ago. 2022.

MINICURRÍCULO

JÚLIA SANTIAGO é graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foi bolsista do projeto de pesquisa “Escritoras Portuguesas e a Difusão Cultural na Colônia Imigrante”, fornecido pelo RGPL e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, entre os anos de 2021 e 2022. Tem interesse na área de História Contemporânea, com destaque para o estudo de nação e nacionalismo e seus diálogos com os conceitos de raça e modernidade.

ANA COMANDULLI é doutora em Estudos de Literatura (Literatura comparada) pela Universidade Federal Fluminense - UFF - com tese sobre o escritor António Feliciano de Castilho e sua presença nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidade e difusão da escrita feminina. Integra o Pesquisas Literárias Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura, onde desenvolve pesquisa sobre a escritora oitocentista Maria Peregrina de Sousa. Participa atualmente do Projeto Senhoras do Almanaque do Grupo de Investigação do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas Europeias CLEPUL - Universidade de Lisboa e o Real Gabinete Português de Leitura. Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa - Portugal. Participa dos Projetos de Pesquisa Escritoras Portuguesas na imprensa periódica do Brasil: Laços Transatlânticos de ação (1890-1930) - UERJ, Rio de Janeiro - Brasil; Escritoras em Português - página CEC FLUL, Lisboa - Portugal; Portugueses de Papel - CLEPUL - Lisboa- Portugal.